

TEORIA SOCIAL E MUDANÇA POLÍTICA EM FLORESTAN FERNANDES

Vera Alves Cepêda¹

Ler a obra de Florestan Fernandes é uma atividade obrigatória para qualquer ator do campo das ciências sociais, quer se trate da sociologia, da antropologia ou da ciência política. A interdisciplinaridade é a chave do método e da obra de Florestan. A indissociabilidade entre a interrogação sobre as formas sociais (históricas, econômicas, culturais) e os dilemas e alternativas da sociedade brasileira revelam um intelectual para quem o fluxo do conhecimento caminhava em direção aos resultados de mudança social e que, em especial na situação de subdesenvolvimento, desaguava no horizonte da política.

Convidada a escrever sobre este clássico da teoria social brasileira, para o Dossiê Florestan Fernandes, sinto-me dividida. De um lado, receosa da empreitada pois não sou uma especialista da obra de Florestan - embora ele seja um dos autores que mais marcou a minha formação, ao lado de Celso Furtado (curiosamente dois intelectuais públicos, de influência mannheimiana e que escreveram no momento áureo de transição/modernização da sociedade brasileira). De maneira próxima a Furtado, Florestan produziu obra vasta, continental, pontuada por fases que me parecem expressar os movimentos de ajuste entre a explicação e o momento histórico e que implica em um risco para a análise global de seu legado intelectual. Este conjunto de meio século somente pode ser avaliado em perspectiva histórica, quando no fluxo da produção intelectual emergem as mudanças na agenda e focos da pesquisa que vão paulatinamente movimentando-se da análise da especificidade das formas da tradição, à percepção da condição de híbrido subdesenvolvido (incluindo a elaboração das ferramentas especiais para sua compreensão), à modernidade truncada e ao projeto político de transformação. Observada em conjunto e comparativamente com seu tempo histórico, a obra de Florestan revela como evidências sua posição privilegiada na teoria social brasileira e seu transbordamento claro para o campo da política. E de outro lado, encontro como alento para esta breve análise o reconhecimento da inequívoca contribuição de Florestan para o campo do pensamento e da teoria política nacional.

Limitada pelas condições de um breve texto, proponho-me a tratar aqui de duas questões centrais do encontro de Florestan com a teoria política: o dilema entre o método científico e a transformação social nos autores clássicos e o tema da

¹ Professora do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós Graduação em Ciência Política da UFScar.

interpretação do subdesenvolvimento na tarefa de modernização efetiva e consistente da nação.

O PENSAMENTO CLÁSSICO E O DILEMA ENTRE A CIÊNCIA E A POLÍTICA

A controvérsia sobre os autores *clássicos* nas ciências sociais não é recente e muito menos de fácil resolução². Pesa muito neste debate o papel dos intelectuais e das teorias na constituição dos temas, objetos e métodos que caracterizam essa área do conhecimento e, para a qual, a subjetividade ou o ponto de vista do pesquisador (denominado como autor, cientista, perito ou na vetusta expressão de Sujeito cognoscente) não pode nunca ser desconsiderado dada a natureza de situação histórica e circunstancialmente localizada de todas as formas sociais da existência – incluindo aquela que se pretenda científica ou acadêmica. Grosso modo, pelo epíteto de clássicos das ciências sociais agrupam-se os autores: a) cuja obra foi capaz de iluminar uma época; b) cujas teses e método permanecem atuais na interpretação do presente; c) que possuem singularidade ontológica e epistemológica; d) por sua ação concreta na configuração das instituições e rotinas do campo intelectual; ou e) por seu impacto na vida pública. Os clássicos construíram escolas e correntes teóricas que balizaram a institucionalização, a rotinização e a legitimação do campo das ciências sociais como área de excelência na explicação do funcionamento e sentido das sociedades contemporâneas.

Na configuração societal do mundo moderno, em que diversas ideias concorrem entre si na tarefa de compreender o mundo ou transformá-lo, os atores que lidam legitimamente com esse problema não poderiam mesmo ser desconsiderados, chegando-se assim ao tema dos intelectuais e de sua função social. Faço aqui uma ressalva sobre a tensão entre *explicação* e *transformação*, problema que modelou um gradiente de posições que vai do paradigma do absentismo intelectual (cuja obra mais expressiva é *A traição dos intelectuais* de Julien Benda), ao modelo dos intelectuais revolucionários (como o conjunto da produção marxista, centrada na teoria da *praxis* e na acepção do conhecimento como ferramenta da política)³. Entre os dois extremos, a relação entre ciência e política foi suavizada, simultaneamente reconhecendo a gênese histórica das ideias/teorias, seu débito com a situação social original, aceitando sua inevitável influência e potencial de transformação. Com resultados políticos diretos ou indiretos, maiores ou menores, mas afirmando o nexo indissolúvel entre valores, interesses e subjetividade na produção da ciência do social, encontramos autores como Max Weber, Karl Mannheim, Thomas Kuhn, Robert Merton, Pierre Bourdieu, Bruno Latour, entre outros. Não há grande novidade nessa afirmação, já que desde Comte se

² Cf. ALEXANDER (1999).

³ Cf. BOBBIO (1997), SARTRE (1994). Cf. RINGER (2000) e LEPPENIES (1994).

estabelece um estreito vínculo entre *prever* e *prover*. A discussão mais aguerrida ficou por conta do método – a segurança de procedimentos que permitam a maior objetividade possível no processo de explicação. Também foi importante divisor de águas a responsabilidade e o papel do intelectual na vida pública e o destino final do conhecimento – conhecimento para quê ou para quem?

Este fio da navalha dividiu inúmeros intelectuais e foi, em grande medida, um dos temas que atormentaram os autores clássicos. No Brasil, esse dilema é mais acentuado devido ao protagonismo que os intelectuais exerceram no processo de modernização, quer pelo tema da *interpretação* quer pela tarefa da transformação⁴. É importante reconhecer que o modelo de construção das sociedades capitalistas na periferia exigiu um esforço inédito – em termos de métodos e teoria – que permitisse apreender e explicar o funcionamento de economias e instituições que adentravam/constituíam uma outra forma de *moderno* apartada das condições genéticas do capitalismo ocidental. A periferia, híbrido da Revolução Burguesa, enunciava uma forma histórica fora do modelo original e que exigia uma outra tese para seu desvendamento. Essa tarefa é a que origina a categoria dos clássicos do pensamento social nacional: autores que se debruçaram sobre o problema da explicação do Brasil, impossível de ser compreendido apenas ou pelas fórmulas produzidas pela teoria social do centro. Antonio Cândido indicaria, em texto famoso, *Casa Grande e Senzala*, de Gilberto Freyre, *Raízes do Brasil* de Sérgio Buarque de Holanda e a obra "*Formação do Brasil Contemporâneo*", de Caio Prado Jr como "*obras que fizeram o Brasil*". Entretanto, é impossível pensar a consciência identitária e a explicação histórica que temos de nós mesmos sem o trabalho de outros intelectuais como Oliveira Vianna, Celso Furtado e, muito especialmente, Florestan Fernandes.

FERRAMENTAS DA INTERPRETAÇÃO

Florestan Fernandes é um clássico da teoria social brasileira. Por dentro de sua obra perpassam as tensões fundamentais que produzem um paradigma de interpretação. Em primeiro lugar há uma teoria social que precisa constituir um conjunto de percepções, ferramentas e teses sobre a realidade social – a condição híbrida da formação social nacional. O ponto de partida, próximo da consciência que se gestava na produção de outros intelectuais e escolas (como Caio Prado Jr., o ISEB, a CEPAL e Furtado), era o sentido social das formações periféricas: no Brasil a tradição (índios, negros, elites, personalismo) obedecera outra métrica, não era pré-moderna e nem moderna, nem feudal e nem burguesa. Esse descompasso, essa distância, seria acentuada quanto mais a transição para a lógica capitalista se acelerasse, impulsionando desdobramentos que chegariam, ao final do processo, a uma

⁴ Cf. PÉCAUT (1990), MOTA (1978), BRANDÃO (2007).

situação capitalista paradoxal, sem *ethos* racional competitivo, sem burguesia nacional e sem instituições liberais e democráticas. Um capitalismo de *outra via*.

Se em seus primeiros trabalhos de pesquisa Florestan trata do binômio tradição/modernidade, sua produção intelectual a partir dos anos de 1960 incide sobre a situação de modernidade inconclusa e com obstáculos – a condição de subdesenvolvimento. Textos como *A sociologia numa Era de Revolução Social* (1963), *Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento* (1968), *Mudanças Sociais no Brasil* (1974), *Capitalismo Dependente* (1972), *A Revolução Burguesa no Brasil* (1974), *A Sociologia no Brasil* (1976)⁵ dedicam-se à tarefa de compreender a configuração do atraso brasileiro (integrando, sistemicamente, todas as esferas da vida social e econômica no eixo da história desde a formação colonial) e avaliar as possibilidades de alcance de uma situação plena de modernidade⁶. Em boa parte destes trabalhos é recorrente o tema da revolução, da transformação e da perspectiva do *momento*, bem como o empenho em ajustar os termos e métodos da análise social feita no Brasil ao contexto do debate internacional. Penso que, na obra de Florestan, a formação capitalista aparece dotada de uma *ratio* única, mas modelada diferentemente na situação dependente da periferia. Então, é impossível entender a segunda sem o recurso à primeira, explicando o esforço de Florestan em recepcionar e fazer circular no debate brasileiro as teses dos clássicos do centro (aqueles que desenvolveram ferramentas conceituais sólidas de interpretação da sociedade moderna). Porém, essas formulações perderiam capacidade explicativa na medida da carência de ajuste fino ao contexto particular periférico. Torna-se necessário, então, uma teoria própria, específica e rigorosa sobre os países fora da órbita central e desenvolvida do capitalismo. Neste ponto Florestan torna-se, por sua vez, um clássico. Sua produção é original e sem ela seria difícil compreender a situação do subdesenvolvimento.

O TEMA DA POLÍTICA EM FLORESTAN FERNANDES

Por outro ângulo, ao reconhecer as assimetrias provocadas na sociedade e instituições brasileiras pelo efeito do subdesenvolvimento, duas ordens de implicações políticas surgirão como consequência. A primeira é a da luta política contra o subdesenvolvimento e seus aparatos (história, economia, cultura e relações) no plano interno e externo. Boa parte desta batalha militante realiza-se pela produção de uma teoria capaz de fornecer um quadro explicativo autóctone, coerente e consistente,

⁵ Destaco dois textos com lugar especial na produção de Florestan - *A sociologia no Brasil* e *A Sociologia no Brasil* – trabalhos em que aparecem associados o ferramental de análise social (teoria social) com as exigências da aplicação e transformação da sociedade brasileira.

⁶ Lembrar que entre essas duas fases, encontramos um Florestan preocupado com a produção de manuais, com a recepção e circulação de padrões teóricos da sociologia mundial, com as fronteiras e rotinas da institucionalização acadêmica de uma ciência do social rigorosa e sólida.

blindada pelo método científico⁷ - mais resistente e competente que o velho ensaísmo, muito próxima de uma produção científica de tipo mannheimiano (com função social e capaz de mudança racional orientada). A segunda avança na percepção dos custos políticos diferenciais nas sociedades subdesenvolvidas – o custo do “circuito fechado” - com opção pela luta política aberta, através de vias político-institucionais.

Entre estes dois momentos, o suporte da ação política é distinto: no início a luta política é travada no plano da interpretação e seu foco é produzir um marco teórico que sustente uma visão de mudança racionalmente compreendida; no segundo momento a luta é abertamente política, menos adstrita ao passado e mais focada nos vícios do presente. Fazem parte da produção de Florestan nesta fase de ação política direta, textos como *Circuito Fechado* (1976), *Apointamentos sobre a “Teoria do Autoritarismo”* (1979), *Brasil em compasso de espera* (1980), *A constituição inacabada* (1989). Em seu conjunto a leitura de Florestan sobre a sociedade brasileira atualiza-se (ajusta-se ao momento histórico coetâneo) e sua situação muda de autor-ator (obra intelectual com impactos políticos) para ator-autor (obra intelectual para impactos políticos). A análise sobre regimes, partidos, atores e interesses, organização social e sindical, a ação estatal, bem como o processo de redemocratização e o potencial político contido na Constituinte e Constituição de 1988 serão temas que surgirão tratados com muita força. Fica no ar um enigma: Florestan tratou da política apenas porque se convertera em ator político direto (incluindo seu vínculo com o Partido dos Trabalhadores e sua eleição para arena representativa)? Ou, a progressiva consciência sobre a importância da ação pública (subjacente ao conjunto de sua obra intelectual) em consonância com a etapa de desenvolvimento e modernização conservadora posterior ao Regime Militar, estimulou a migração da reflexão para o campo da ação? De qualquer forma, o resultado é único: o legado intelectual e a ação de Florestan Fernandes são exemplares para compreender a dinâmica e o lugar da política na trajetória da modernização brasileira. Florestan Fernandes além de ser, inequivocamente, um clássico é, também, um clássico do pensamento político brasileiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALEXANDER, Jeffrey. A importância dos clássicos IN *Teoria Social Hoje* (organização de A. GIDDENS; J. TURNER), São Paulo: Unesp, 1999.
- BOBBIO, Norberto. *Os intelectuais e o poder*. São Paulo: Unesp, 1997.
- BRANDÃO, Gildo M. *Linhagens do pensamento político brasileiro*. São Paulo: Hucitec, 2007.

⁷ Importante lembrar a recepção e circulação de importantes escolas e métodos (Marx, Weber, Wright Mills, Parsons, Tönnies, Mannheim) comumente apontados no processo de rotinização e institucionalização das ciências sociais brasileiras, levadas a cabo por Florestan.

- FERNANDES, Florestan. *A sociologia numa Era de Revolução Social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1963.
- _____. *Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
- _____. *A sociologia no Brasil*. Rio de Janeiro: Vozes, 1977.
- _____. *Capitalismo Dependente*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.
- _____. *A Revolução Burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1974.
- _____. *Circuito Fechado*. São Paulo: Hucitec, 1976.
- _____. *Apontamentos sobre a Teoria do Autoritarismo*. São Paulo: Hucitec, 1979.
- _____. *Brasil em compasso de espera*. São Paulo: Hucitec, 1980.
- _____. *A constituição inacabada*. São Paulo: Estação Liberdade, 1989.
- LEPPENIES, Wolfgang. *Las tres culturas*. México: Fondo de Cultura Económica, 1994.
- MOTA, Carlos G. *Ideologia da cultura brasileira*, São Paulo: Ática, 1978
- PÉCAUT, Daniel. *Intelectuais e política no Brasil*. São Paulo: Ática, 1990.
- SARTRE, Jeann-Paul. *Em defesa dos intelectuais*, São Paulo: Ática, 1994.
- RINGER F. *O declínio dos mandarins alemães*. São Paulo: EDUSP, 2000.